

**IMPORTÂNCIA DA SALA DE RECURSOS MULTIFUNCIONAIS: RELATO DE
EXPERIÊNCIA DOS ESTAGIÁRIOS DA RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ**

Ana Luiza Balani Rando

Bianca Georg Fusinato

Luciana Tadashi Hatanaka

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar a importância do Atendimento Educacional Especializado (AEE) efetuado na Sala de Recursos Multifuncionais (SRMF) durante o ano letivo de uma escola pública no Município de Maringá-PR, frequentada por 6 alunos, cujo o foco são os obstáculos enfrentados durante o processo de ensino e aprendizagem. A SRMF é um ambiente com diversos materiais didáticos e pedagógicos e possui profissionais especializados para o atendimento dos alunos que necessitam do AEE no contra turno escolar. Além disso, é considerado um local de desenvolvimento pessoal, portanto, tem o intuito de analisar e superar as dificuldades dos alunos na aprendizagem. Ademais, o AEE ajuda no processo de inclusão escolar dos alunos com deficiência, uma vez que ele é responsável por identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade a fim de assegurar a plena participação no ensino regular aos alunos com necessidade funcional, dificuldades ou transtornos. Por fim, tanto o AEE como a SRMF contribuem para o grande avanço na política da inclusão escolar, na qual proporcionam a esses alunos condições para o real progresso no ensino/aprendizagem.

PALAVRAS-CHAVE: Atendimento Educacional Especializado, Sala de Recursos Multifuncionais, Inclusão Escolar.

ABSTRACT: This article aims to showcase the importance of the specialized educational service (SES), which was undertaken in a multifunctional resource classroom (MRC) of a public school in the city of Maringá, Paraná State, throughout the academic year and was implemented in a group of six students, at which focused on the hindrances commonly experienced at full length in the teaching-learning process. The MRC is a space with an all-encompassing variety of didactic and pedagogic materials and has specialized professionals that can give help to the alumni requiring SES in the extra-curricular shift. Moreover, this classroom is a personal developing setting, since it endeavors to analyze and surpass the drawbacks faced by the alumni during their studies. Besides that, the SES aid in the scholar inclusion process of those students with physical or any disability seeing that it is responsible for identifying, elaborating and organizing the pedagogic and the accessibility resources for the guarantee of the full participation of the disabled,

the pupils with learning difficulties, and the alumni diagnosed with disorders. Finally, both the SES as well as the MRC contribute to the remarkable progress in the scholar inclusion policy, which yields the alumni in those states, privileged conditions to a tangible advancement in the teaching-learning process.

KEY-WORDS: Specialized Educational Service, Multifunctional Resource Classroom, Scholar Inclusion.

INTRODUÇÃO

A trajetória percorrida pela Educação Especial no Brasil foi demarcada por diversas transformações históricas e políticas que, posteriormente, culminariam em sua evolução (SILVA; ALENCAR; OLIVEIRA, 2016). Apesar de ser um assunto historicamente recente e infelizmente permeado de discriminação e preconceito, obtiveram-se muitas conquistas importantes no país quando o assunto é esse tipo de atendimento.

As primeiras assistências oferecidas partiram de instituições de iniciativas pessoais e privadas, com o intuito de separar os alunos considerados “normais” daqueles que possuíam alguma deficiência (SILVA; ALENCAR; OLIVEIRA, 2016). Na perspectiva de muitas pessoas, o desenvolvimento da aprendizagem era apontado como inviável e impossível, portanto não existia intenção educativa com pessoas portadoras de deficiência, apenas um atendimento clínico (MAZZOTTA, 2005).

Neste contexto, (MAZZOTTA, 201, p. 16) enfatiza que:

Um consenso social pessimista, fundamentado essencialmente na ideia de que a condição de ‘incapacitado’, ‘deficiente’, ‘inválido’ é uma condição imutável, leva à completa omissão da sociedade em relação à organização de serviços para atender às necessidades individuais específicas dessa população.

Então, a partir de 1988, a Educação Especial no Brasil é concebida pela Constituição Federal (BRASIL, 1988) com o intuito de garantir os direitos das Pessoas com Necessidades Funcionais, conforme enfatizam os Art. 5º e 6º da Carta Magna, ao respaldarem a educação como direito de todos, e a Lei de Diretrizes e

Bases da Educação em seu Art. 1, que predispõe dos processos formativos (BRASIL, 1996).

De acordo com Aranha, (2000, p. 08), o atendimento especial “é o processo de garantia do acesso imediato e contínuo da pessoa com necessidades especiais ao espaço comum da vida em sociedade, independentemente do tipo de deficiência e do grau de comprometimento apresentado”.

A Sala de Recursos Multifuncionais (SRMF), segundo o Decreto nº6.571 (FUNDEB, 2008), é definida como espaço organizado com a presença de diversos profissionais da educação especializada com uma grande variedade de materiais didáticos, recursos pedagógicos, tecnológicos e de acessibilidade para o auxílio de alunos e professores. Sendo assim, torna-se direito legal e de responsabilidade das instituições da rede regular de ensino disponibilizar salas de recursos multifuncionais de diferentes categorias, conforme a necessidade de seus estudantes, a fim de complementar o plano pedagógico e curricular.

As SRMF foram implementadas pelo MEC em 2007, em conjunto com os serviços previstos pelo Atendimento Educacional Especializado (AEE), que tem por finalidade complementar ou suplementar o ensino regular para os alunos com necessidades funcionais, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação visando a igualdade de condições dos demais alunos, de acordo com a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008a, 2008b, 2008c).

O atendimento educacional especializado tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela. (BRASIL, 2007, s/p)

Além disso, o professor de AEE identifica as necessidades educacionais específicas dos alunos para a elaboração de um planejamento individual a fim de assegurar o desenvolvimento do ensino e da aprendizagem na sala de aula normal,

e as condições necessárias para a permanência na escola (BRASIL, 2008a, 2008b, 2008c). Por isso, a inclusão escolar dos alunos com necessidade de atendimento especializado advém de mudanças significativas da gestão escolar e educacional nas adaptações no currículo e na formação de professores. Nesse sentido,

A educação especial é uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades, realiza o atendimento educacional especializado, disponibiliza os recursos e serviços e orienta quanto a sua utilização no processo de ensino e aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular (BRASIL, 2007, s/p).

Ademais, de acordo com Senn (2013), a educação inclusiva é destinada a todos, sem restrições e para isso a escola necessita de preparo, dinamismo e ser aberta à possibilidade de oferecer respostas educativas a todos os alunos nela incluídos. Dessa forma, o currículo é um recurso fundamental no desenvolvimento e na aprendizagem de todos os alunos, uma vez que ele pode ser adaptado e oferecer possibilidades diante das dificuldades.

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (BRASIL, 1997), ficam evidentes as necessidades de modificações significativas nos currículos escolares, prezando pelas condições individuais de cada aluno, portanto os conteúdos aplicados devem ser de caráter funcional e prático, a visar o atendimento de estudantes diagnosticados com déficit que comprometam o funcionamento cognitivo, psíquico e sensorial, constituindo deficiências graves (BRASIL, 1997; PARANÁ, 2013).

Os currículos adaptados são alternativas que promovem o avanço do rendimento educativo que contribue diretamente na inclusão escolar. Por serem mais flexíveis e sujeitos às mudanças e por corroborarem com os princípios das diretrizes do Projeto Político Pedagógico (PPP), eles podem garantir um ensino de qualidade a todos. Nesta perspectiva, a flexibilização curricular não se constitui apenas de atividades complementares no planejamento pedagógico, nem se baseia em empobrecimento e retirada de conteúdos, visto que existem saberes importantes que são indispensáveis para a construção do conhecimento (PARANÁ, 2013) e a necessidade de inclusão.

A escola é vista como um local de descobertas e do desenvolvimento pessoal, com isso a SRMF tem como objetivo analisar, minimizar as dificuldades dos alunos na aprendizagem e também em aspectos que atrapalhem o desenvolvimento dos estudantes. E para que o conteúdo seja compreendido, pode ser feito um plano de aula adaptado, de maneira que supra as necessidades e dificuldades dos alunos da SRMF. Para isso é preciso diagnosticar quais as dificuldades enfrentadas pelos alunos, com a finalidade de estabelecer as estratégias didático-pedagógicas necessárias.

O objetivo desse artigo é relatar a experiência vivida em uma escola pública situada no município de Maringá no estado do Paraná, que desempenha o Atendimento Educacional Especializado na SRMF durante o contra turno escolar, com a finalidade de ressaltar sua importância na inclusão social dos alunos com deficiência no ensino regular e assegurar o efetivo progresso no ensino/aprendizagem de conceitos e conteúdos de Ciências e Biologia.

RELATO DE EXPERIÊNCIA

O desafio da sala de recursos é contribuir para o aprendizado dos alunos em sala de aula regular. E, além disso, promover maior interação de nós acadêmicas com o meio escolar.

Nossa experiência teve início no momento que passamos a analisar, entender e conhecer as dificuldades e as necessidades de cada aluno. Nos primeiros encontros buscamos analisar de que maneira os alunos construíam seus conhecimentos com base no conteúdo, diante de uma revisão sobre o tema fotossíntese, respiração celular e fermentação. Com isso, foi possível perceber a forma de aprender, a agilidade, a dificuldade e o interesse de cada um deles.

A partir disso, a preceptora da Residência Pedagógica nos orientou quais atividades poderíamos desenvolver para os alunos da SRMF para que pudessem contribuir no desempenho deles em sala de aula regular e com isso, nos ajudar e entender especificamente cada um deles.

No decorrer do segundo trimestre de 2019, vários temas foram abordados, principalmente na área da biologia, para que eles pudessem praticar a leitura, a interpretação de texto, além de produzirem resumos, respostas que pudessem

auxiliá-los no estudo para o PAS (Processo de Avaliação Seriada) e Vestibular. Além disso, promovemos o reconhecimento das dificuldades de cada aluno e percebemos como reagem diante a um problema ou dificuldade enfrentada na escola.

Ademais, o período que passamos com os alunos da SRMF necessitava de mudanças repentinas dos planejamentos, devido ao aparecimento de situações não previstas, como atividades, trabalhos e, com isso, buscávamos ajudá-los.

Compreendemos que é necessário fazer um roteiro de acordo com as necessidades de cada aluno e também abrir espaço para vínculos afetivos, mantendo acima de tudo o respeito entre ambos, diálogos e a construção de conhecimentos. Para tal, os encaminhamentos metodológicos a serem utilizados devem ser conduzidos de maneira a facilitar o entendimento do aluno e conseqüentemente o aprendizado.

Os recursos abrangeram não apenas atividades de leitura, interpretação e produção de gêneros textuais, mas também de revisões que ajudavam os alunos a criar o hábito de estudar diariamente. Com isso, os alunos poderiam esclarecer dúvidas e entender aquilo que não estava evidente em suas mentes, considerando o conteúdo biológico estudado.

A experiência que tivemos na SRMF com seis alunos do primeiro ano do ensino Médio proporcionou um olhar desafiador sob o papel de ensinar e promover possibilidades de aprendizado, além de nos ajudar a entender como funcionam os planejamentos dessa sala e também quem são os alunos que necessitam de atendimentos especiais.

Em nossa visão, o aluno I, apresentava bastante dificuldade em biologia no início do segundo trimestre, era mais disperso, porém seu interesse em aprender era enorme. Por ser um aluno interessado, vimos que ele era esforçado e buscava sempre prestar atenção no que falávamos e queria anotar tudo. Assim, durante o trimestre ele passou a focar um pouco mais, pois pegou gosto em aprender biologia e chegou a afirmar que gostaria de fazer o curso. Buscamos ajudá-lo ao máximo em suas dificuldades no entendimento da fotossíntese, respiração celular e meiose, mesmo com as dificuldades de se concentrar e manter sua rotina de estudos em casa, ele não desistia e sempre estava presente na SRMF disposto aprender, e sanar todas as suas dúvidas.

Já o aluno II sempre buscou prestar bastante atenção em cada atividade e nas revisões feitas durante as aulas na SRMF, sendo que já havia definido o curso que faria no vestibular. Assim ele buscava entender tudo e principalmente os textos que traziam assuntos de seu interesse. Além disso, ele era bem afetivo conosco, simpático e esforçado.

O aluno III compareceu apenas um dia na SRMF, porém a avaliação feita deste, seria de desinteresse, dificuldade em ler, interpretar e em produzir textos, além de não compreender os conteúdos biológicos, como no caso da citologia. Era um aluno muito disperso, conversava muito e acabava fugindo dos temas escolhidos para debate, o que deixou ainda mais evidente o seu bloqueio em compreender diversos conteúdos.

A aluna IV não apresentava muito interesse em aprender e, assim, não aproveitava as atividades que eram levadas para os alunos resolverem e produzirem gêneros textuais após compreender o que os textos relacionados à biologia traziam. Era uma aluna mais resistente, fechada e de pouca conversa e trabalho, não mostrava interesse em participar das rodas de leitura. Assim, essa aluna, durante o período das atividades, não apresentou interações e mudanças significativas.

O único aluno com deficiência física era o aluno V, porém isso não o desanimava, pois mantinha interação entre os colegas, apresentava um bom desempenho nas atividades e assim buscava sempre superar seus limites no aprendizado, e demonstrou muito comprometimento em tudo que fazia.

A aluna VI buscava sanar todas as suas dúvidas, e atividades da escola em dia, o que fazia parte de sua demonstração de interesse. Esta manteve uma boa relação afetiva conosco, e interagiu muito em todos os temas e atividades propostas. A aluna também demonstrava sinais de ansiedade, na qual deixou claro que a estudante se incomoda com isso, e que às vezes atrapalhava seu desempenho.

Com essa experiência na SRMF foi possível entender a demanda de um currículo adaptado e o quanto é fundamental elaborar um planejamento aberto e flexível, que esteja preparado para atender as necessidades dos alunos diante das atividades, e que mesmo com todas as dificuldades e a determinação para superá-las é imprescindível para melhorar o desempenho escolar.

As atividades aplicadas proporcionaram ao aluno maior interação com a aprendizagem, uma vez que é possível avaliar a comunicação por meio da linguagem expressiva que é a fala ou pela compreensão receptiva para a percepção dos diálogos. É possível analisar também as habilidades motoras, processamento visual e auditivo no desenvolvimento da aprendizagem acadêmica como leitura, aritmética e conhecimentos gerais e a relação com os componentes da Biologia.

É importante deixar claro que a adaptação curricular trata-se da modificação dos conteúdos individuais que serão trabalhados com os alunos a partir do conhecimento e habilidades que eles já possuem. O currículo não sofre grandes alterações, sendo aquele segue os mesmos conteúdos da turma regular, porém adaptando as atividades de modo que auxiliem a alcançar a resposta certa, sendo assim partindo de atividades menos complexas para as mais complexas respeitando a consolidação de pré-requisitos para cada nova aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola é um local de aquisição de conhecimentos além de socialização, assim, é de extrema importância que todos tenham o direito de frequentar uma escola, sendo que muitos não valorizam as oportunidades que lhe são propostas.

Em relação aos jovens que apresentam algum tipo de necessidades funcionais, a exclusão às vezes pode afetar no cenário educacional e causar desistência dos mesmos. A inclusão escolar está inserida em um movimento mundial denominado inclusão social, que busca proporcionar oportunidades iguais a todos, desde os indivíduos com baixas condições econômicas, quanto para aqueles com diferenças culturais, raciais, físicas ou intelectuais, foram excluídos da sociedade. Com isso, é necessário que sejam feitos ajustes no sistema educacional para atender a todo tipo de aluno (RIBEIRO; WOLTER; METTRAU, 2017).

A maior parte das adaptações curriculares pode ser realizada pelo professor no planejamento normal das atividades docentes e constituem pequenos ajustes dentro do contexto de sala de aula. O professor junto a coordenação, psicólogos, pode analisar e perceber que certo aluno necessita de um acompanhamento supervisionado pela professora da sala de recursos. Assim, essa irá dinamizar um trabalho guiado por um modelo colaborativo, ou seja, um modelo que una as

habilidades, conhecimentos do professor de educação comum e o especial, com perspectivas de favorecer a aprendizagem dos alunos e atingir os objetivos da escolarização (PARANÁ, 2008/2009).

A aprendizagem dos alunos nos conceitos biológicos teve um bom avanço, devido ao interesse evidenciado durante a leitura de textos, revisão de conteúdo (fotossíntese, respiração celular, fermentação, meiose, mitose), resolução de atividades relacionadas aos conteúdos já citados. Isso deve-se ao fato de desenvolver a prática da leitura e interpretação da maioria dos alunos da SRMF.

Segundo Roldão (2003) “O reconhecimento da necessidade de ensinar de forma diferente alunos com situações de partida diferentes é hoje convocado a todos os níveis do discurso: o político, o investigativo, o dos normativos, o do senso comum dos professores”.

Ademais, para acontecer de fato a inclusão escolar, é fundamental investir na formação dos profissionais da educação onde todos devem ter conhecimento sobre a educação especial, tanto na formação inicial como na continuada. Apesar de ser um assunto que ainda causa desconforto, por desmascarar a exclusão que percorre os corredores das escolas, as SRMF são locais de acolhimento, investigação, conhecimento e, principalmente, crescimento (PARANÁ, 2008/2009). Por fim, mesmo com as dificuldades presentes percebe-se que é a SRMF é possui promissor em relação à inclusão e a educação especial, mas ainda faltam profissionais especializados para atuarem na área.

REFERÊNCIAS:

ARANHA, M. S. F. Inclusão social e municipalização. In: MANZINI, E. J. (Org.). **Educação especial: temas atuais**. Marília: Unesp - Marília Publicações, 2000, p.1-10.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 5 de outubro de 1988.

_____. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDBEN 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação. Edital nº 01, de 26 de abril de 2007. **Programa de Implantação das Salas de Recursos Multifuncionais**. Brasília, 2007. Disponível em: portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/2007_salas.pdf. Acesso em: 21 dez. 2018.

BRASIL. **Diretrizes Operacionais da educação especial para o atendimento educacional especializado na educação básica**. Brasília: DF, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008a.

_____. **DECRETO Nº 6.571**, de 17 de setembro de 2008. Dispõe sobre o atendimento educacional especializado, regulamenta o parágrafo único do art. 60 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e acrescenta dispositivo ao Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2008. Brasil, 2008b. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2008/decreto-6571-17-setembro-2008-580775-publicacaooriginal-103645-pe.html>. Acesso em: 21 dez. 2018.

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2008c.

MAZZOTTA, M. J. S. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. p.12. 5. ed.. São Paulo: Cortez, 2005

_____. **Educação especial no Brasil: história e políticas públicas**. p. 16. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PARANÁ. **Secretaria de Estado da Educação**. Superintendência de Educação. Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: Contribuições ao Professor do Ensino Regular. Maringá e Paranaíba: PDE/UEM., 2008/2009. Disponível em: <http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/1462-6.pdf>.

_____. **Secretaria de Estado da Educação**. Superintendência de Educação. Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor PDE: Produção Didático-pedagógica, 2013. Curitiba: SEED/PR., 2016. V.2. (Cadernos PDE). Disponível em: http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/cadernospde/pdebusca/producoes_pde/2013/2013_unicentro_port_pdp_serli_rech_moleta.pdf. Acesso em: 18 dez. 2018. ISBN 978-85-8015-075-9.

ROLDÃO, M. C. Diferenciação curricular e inclusão. In: RODRIGUES, D. (org.). **Perspectivas sobre inclusão: da educação à sociedade**. Portugal: Porto Editora, 2003, p. 151-165.

RIBEIRO, L. M. C. L.; WOLTER, R. M. C. P.; METTRAU, M. B. **Educação & Sociedade**. In: Pensamento Social e Educação: concepção de escola e avaliação da inclusão por parte de mães de alunos deficientes de São Gonçalo. 2017.

Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v38n138/1678-4626-es-38-138-00063.pdf>.

SENN, K. E. D. **Os desafios da Escola Pública Paranaense na perspectiva do professor PDE – v.II. Currículo Adaptado e Flexível: Desafios e Possibilidades.** União da Vitória, 2013.

SILVA, C. O.; ALENCAR, D. N. F.; OLIVEIRA, V. O.; ARAÚJO, C. C.; SANTOS, R. C.S. **A evolução da educação especial no Brasil: Pontos e passos.** Anais [...]. III Congresso Nacional de Educação - Inclusão, Direitos Humanos e Interculturalidade. CAMPINA GRANDE: REALIZE, 2016.

Notas sobre as autoras:

Ana Luiza Balani Rando: Licencianda em Ciências Biológicas (UEM). Bolsista Residência Pedagógica - Subprojeto Biologia (UEM).

Bianca Georg Fusinato: Licencianda em Ciências Biológicas (UEM). Bolsista Residência Pedagógica - Subprojeto Biologia (UEM).

Luciana Tadashi Hatanaka: Licenciada em Ciências Biológicas (UEM). Professora na Rede Estadual do Paraná SEED (PR). Preceptora na Residência Pedagógica. Subprojeto Biologia.